

REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 14-4 (2021)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, nesse volume 14, número 04, 2021, tem o prazer de informar que foi classificada como Dret, nível A, pelo Carhus Plus + , que é um sistema de classificação de revistas científicas do âmbito das ciências sociais e humanidades que se publicam a nível local, nacional e internacional da Agència de Gestió d’Ajuts Universitaris i de Recerca – AGAUR da Catalunha. O índice e seus critérios podem ser avaliados em: https://boga.agaur.gencat.cat/agaur_boga/AppJava/FlowControl?idForm=consulta-form&cmd=EditarRevistesRevCmd&view=VLlistaRevistesRev&modul=revistes&idExpedientes=8130

A Revista tem ainda o prazer de publicar o Dossiê “Razão e política: diálogos em torno do direito e da democracia” organizado pelos professores Luiz Paulo Rouanet, Maria Cecília Pedreira de Almeida e Wilson Levy Neto. O Dossiê publicado é fruto das reflexões apresentadas pelo GT “Filosofia e Direito” da Anpof (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) em seu último encontro (Brasília, 2020). Longe de se deterem apenas às inflexões exclusivamente teóricas ou abstratas, os artigos aqui coligidos discutem as questões que se estabelecem entre o mundo do dever-ser, com a metafísica da moralidade que o permeia e o mundo gerido por um ordenamento jurídico positivo, extraíndo e analisando os paradoxos e contradições que daí emergem irremediavelmente, de maneira não só conjuntural, imediata, mas pensando-as sobre um pano de fundo internacional e histórico.

O conjunto de textos reunidos procura também articular um caminho teórico que ilumine as questões fundamentais da filosofia do direito e da filosofia política moderna e contemporânea. O GT “Filosofia e Direito” da Anpof compreende, afinal, que o papel da Universidade é este: refletir sobre a sociedade e propor alternativas e soluções para os problemas do presente, tendo em vista o bem-estar das gerações atuais e futuras, contribuindo, desta maneira, para implementar as condições para uma convivência pacífica, plural e harmônica em nível nacional e planetário.

Nesse número temos a satisfação ainda de publicar o artigo “Derecho natural clásico, derecho natural moderno y positivismo”, de José Justo Megías Quirós, Catedrático de Filosofia do Direito. Departamento de Direito Público. Universidade de Cádiz, Espanha.

O artigo “Derecho natural clásico, derecho natural moderno y positivismo” volta à discussão sobre o direito natural, entendido esse como o direito natural clássico, onde há uma identidade entre o direito e o justo. Argumenta o artigo que o homem tem uma natureza livre e, portanto, a liberdade

repousa em uma natureza, intocável pela liberdade, porque é o seu sustento (sem natureza não haveria liberdade). A bem dizer, essa natureza é a regra da liberdade, ou seja, a liberdade encontra o seu sentido e o seu canal no desenvolvimento de acordo com a natureza, porque assim realiza o homem e o aperfeiçoa. Em outras palavras, a natureza do homem é normativa para a ação livre do homem. Essa suposição, a razão humana, conhecendo a natureza do homem, capta o normativo dela e emite opiniões imperativas: uma coisa deve ser feita, outra não. O conjunto desses ditames ou regras imperativas da razão humana, que comanda, proíbe ou permite condutas por sua conformidade ou desacordo com a natureza do homem (seu ser e seus desígnios naturais) seria denominado lei natural. O positivismo, por seu turno, apenas ofereceria consenso, e o consenso, desde que apoiado em argumentos razoáveis, é necessário para fixar o que é justo em muitas ocasiões, mas não pode tornar justo o que não é naturalmente justo.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 14, número 04, 2021, publicamos 13 (treze) artigos inéditos, sendo 07 (sete) artigos estrangeiros: o já citado “Derecho natural clásico, derecho natural moderno y positivismo”, de José Justo Megías Quirós, Catedrático de Filosofía do Direito. Departamento de Direito Público. Universidade de Cádiz, Espanha; “Bioética y derecho en el cuidado del recién nacido durante el parto” de Roosevelt Herrera Castillo, professor pesquisador em tempo integral da Universidade Juárez Autónoma de Tabasco, México; “Examining the punishment in excess of blood money with emphasis on the crime of beating and wounding in Iranian Law”, de Mohammad Mafi, Mestre em Direito Penal e Criminologia, Khorramabad Branch, Islamic Azad University, Khorramabad, Iran; “Entre Escila y Caribdis: la diáspora vasca en Argentina durante la dictadura” de Maria Eugenia Cruset, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Nacional da Plata (UNLP), Argentina e Doutora em História pela Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea (UPV/EHU), Espanha; “El impacto de los derechos humanos ante la esclavitud del siglo XXI”, de Candelaria del Pino Padron, Professora da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha), Doutora em Direito pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha); “El ejercicio de la libertad empresarial en el ordenamiento jurídico español” de Noemí Jiménez Cardona, Doutora em Direito Comercial e pesquisadora de pós-doutorado do Departamento de Direito Privado (Área de Direito Comercial) da Universidade de Barcelona, Espanha e “El derecho dentro de las ciencias formales”, de Antonio Augusto Bonatto Barcellós, Doutor em antropologia jurídica, direito do trabalho, Diretor de Teses, Universidade de Salamanca, Espanha e Maria Laura Moreno Fernandez, Estudante de doutorado em Ciências Sociais, com especialização em Antropologia Jurídica, Universidade de Salamanca, Espanha.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “Cotas raciais e heteroidentificação: análise dos parâmetros utilizados para a validação da autodeclaração”, de Gilsilene Passon Picoretti Francischetto, Pós-doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos

Sociais da Universidade de Coimbra. Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e Amanda Misael Machado, Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Vitória - ES - Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa "Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos".

A monografia analisa os diversos parâmetros adotados pelas instituições federais de educação, com o fim de validar a autodeclaração étnico-racial do candidato à cota racial, contribuindo para o descrédito do sistema de cotas. O objetivo da monografia é apreciar a falta de critérios unificados entre tais instituições para a validação da autodeclaração étnico-racial e identificar quais as melhores formas para a aplicação das cotas raciais. Utiliza-se o método dedutivo, empregando levantamento bibliográfico, apoiado em obras que versam sobre desigualdades sociais resultantes do fator raça/cor, editais das instituições federais de ensino e legislações. Como resultado tem-se que pautar a ratificação da autodeclaração étnico-racial na genealogia dá oportunidade ao indivíduo branco, reconhecido pela sociedade como tal e que usufrui de todo o privilégio social branco, se autodeclarar como negro em razão da sua ancestralidade. Portanto, o critério subjetivo é o mais adequado, pois analisa o candidato no caso concreto. Considerando a subjetividade, a banca de heteroidentificação deve realizar entrevistas com o candidato para identificar o contexto social que ele está inserido e compete ao candidato explicitar as razões para se autodeclarar membro daquele grupo étnico, para que as cotas raciais atinjam seu objetivo.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas coletivas: “A liberdade de ensino, a pluralidade de concepções pedagógicas e o conteúdo político da educação” e “Análise de fluxo processual de feminicídios: reflexões para o aperfeiçoamento da persecução penal”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista *Quaestio Iuris* está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista *Quaestio Iuris* são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista Quaestio Iuris